



# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO**

**ANO 2015**

**Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental**

## 1. Introdução

---

Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1, do Art.º 51º dos Estatutos da APPACDM DO PORTO, a Direção apresenta à Assembleia Geral de Associados o seu Relatório de Atividades e de Gestão respeitante ao exercício ao ano de 2015.

O ano 2015 foi um ano favorável, em que os objectivos propostos foram atingidos e em que se conseguiu alguma estabilidade financeira.

Este documento é assinado pela nova Direção que, tendo tomado posse a 7 de janeiro do corrente ano, se encarrega da elaboração do mesmo.

## 2. Respostas Sociais/ Prestação de Serviços

---

### I. Escola de Ensino Especial

Mantivemos acordo com o Ministério da Educação para o funcionamento da Escola de Ensino Especial apenas com 1 aluna para o ano letivo de 2015-2016.

### II. Sistema Nacional de Intervenção Precoce para a Infância – S.N.I.P.I.

Mantiveram-se os acordos para o funcionamento de duas ELI - Equipas Locais de Intervenção do Porto Ocidental

(I – 47 utentes e II -59 utentes), ao abrigo do Decreto – Lei nº 281/2009 de 6 de outubro.

Durante todo o ano foram atendidas mais crianças do que estabelecem os referidos acordos, atendendo ao facto de não poder existir lista de espera para esta resposta e não ser possível o alargamento do referido acordo.

### III. Respostas sociais em funcionamento

Foram mantidas este ano todas as respostas sociais existentes não tendo havido alteração no número de acordos e no número de clientes atendidos.

O quadro seguinte apresenta em números a realidade da APPACDM do Porto em dezembro de 2015.

Valências	Nº de Clientes
<b>Intervenção Precoce</b>	<b>106</b>
<b>Escola de Ensino Especial</b>	<b>1</b>
<b>CAO</b>	<b>165</b>
<b>Residências</b>	<b>53</b>
<b>Total</b>	<b>325</b>

### 3. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2015 o número de colaboradores era de 131, havendo ainda 1 destacado pelo Ministério da Educação.

No ano 2015 foram atualizados os vencimentos de alguns colaboradores, em consequência da revisão do CCT entre a CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais. As categorias visadas foram: Ajudante de Ação Direta, Diretor de Centro, Chefe de Secção, Encarregado Geral, Trabalhador Auxiliar, Cozinheiro, Motorista, Terapeuta, Técnico de Reabilitação e Carpinteiro.

A Direção reconhece o elevado empenho e dedicação de todos os colaboradores ao longo do ano, que muito contribuiu para a boa prestação do serviço que se prestou. Apesar de considerar ser de toda a justiça um aumento salarial a todos os colaboradores, mais uma vez não será possível fazê-lo atendendo aos fortes constrangimentos financeiros que se mantêm. Entende-se, porém, que mais uma vez se atingiu um equilíbrio financeiro que permite encarar os próximos anos com alguma tranquilidade.

A APPACDM DO PORTO acolheu em 2015 3 estágios ao abrigo dos programas medida-emprego e inserção mais. Foram acolhidos ainda diversos estágios curriculares de diferentes escolas, parceria que se considera importante para o trabalho desenvolvido na APPACDM DO PORTO, nomeadamente da CESPU – Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, “FormAjuda”, do ISSSP (Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário – equivalência 12º ano), Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, IEFP e Fisioterapia.



A Direção da APPACDM DO PORTO quer manifestar aqui a sua enorme gratidão para com os voluntários que ao longo do ano colaboraram com a Instituição em diferentes atividades e unidades. Quer a título individual, quer através de organizações de voluntariado, a sua colaboração foi muito importante e a avaliação das suas contribuições é muito positiva. Foram mantidas parcerias com as organizações GAS Porto, CASO – Católica Solidária e AEFEUP.

#### 4. Atividades Complementares

Ao longo de todo o ano houve uma constante vontade de proporcionar atividades de desenvolvimento, integração e bem-estar a todas as pessoas apoiadas, tendo sido atingidos os objetivos propostos para cada resposta social. Destacam-se a seguir as mais relevantes:

- Foram realizadas festas temáticas ao longo do ano alusivas às épocas festivas (Natal, Carnaval e Páscoa) e a temas trabalhados em sala de CAO.
- Todas os CAOs realizaram os seus passeios anuais durante o mês de julho a locais adequados às pessoas apoiadas.
- Foram desenvolvidas parcerias/contratos de prestação de serviços para proporcionar atividades complementares:
  - Quinta da Bonjónia, Câmara Municipal do Porto – Golfe Adaptado;
  - Allatantou Dance Company – Música e Dança africanas;
  - Edapta – Ténis Adaptado;
  - Foco Musical – ateliers de música;
  - Guarda Nacional Republicana – Cedência de picadeiro e assistência técnica para a prática de hipoterapia com acompanhamento de técnica da APPACDM DO PORTO;
  - Sport Club do Porto – Aluguer de picadeiro e assistência técnica para a prática de hipoterapia;
  - Pony Club - Aluguer de picadeiro para a prática de hipoterapia com acompanhamento de técnica do Club.
  - Matosinhos Sport – Utilização das piscinas municipais, mediante pagamento das pistas utilizadas, com acompanhamento de professor/técnico da APPACDM DO PORTO;
  - Piscina de Cartes - Cedência das piscinas municipais, com acompanhamento de técnico da APPACDM DO PORTO;
  - “Ladra Comigo” – Terapia assistida com cães;
- Participou-se no “Projeto Janelas” e na formação “Educação pelos pares: Sexualidade e prevenção da SIDA” articulado pela Fundação Portuguesa A Comunidade contra a SIDA.

- Festa de Natal – realizou-se a Festa de Natal da APPACDM DO PORTO no Auditório da Faculdade de Engenharia, atividade que contou com a empenhada colaboração de todas as equipas da APPACDM DO PORTO, com o Apoio da AEFEUP, GAS Porto e da FUN-ADDICT e onde se homenageou a presidente da Direção cessante Josefina Bazenga. Estiveram presentes os padrinhos da APPACDM DO PORTO, André Villas Boas e Sónia Araújo.
- Realizou-se a Colónia de Férias em Árvore co-financiada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação.
- Concretizou-se o projecto “Desata-me atando-me” dinamizado pela psicóloga Susana Pinto e co-financiado pelo INR.
- Foram ainda realizadas atividades ao longo do ano para diferentes grupos, tais como, passeio ao Sr. de Matosinhos, festa de Carnaval na Discoteca Number One, torneios de futebol e natação.

## 5. Relações Externas e Parcerias

Continuou-se a privilegiar o estabelecimento de Parcerias com Organizações/Entidades privadas e públicas tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados.

Assim, estabeleceu-se relação ao longo do ano com as seguintes entidades:

- ✓ Manteve-se a filiação em estruturas de representação nacional como a CNIS - Confederação das Instituições Particulares de Solidariedade; UDIPSS – União das IPSS do Porto e HUMANITAS – Federação Nacional para a Deficiência Mental.
- ✓ Manteve-se a cooperação com entidades públicas e privadas como os Ministérios da Segurança Social e da Educação, Câmara Municipal do Porto e Juntas de Freguesias e Estabelecimentos de Ensino Superior, como a Universidade Católica, a Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, o Instituto Superior de Serviço Social, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e a Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
- ✓ Estabeleceu-se parceria com a Escola Superior de Saúde Jean Piaget, com Centro de Formação da Cruz Vermelha Portuguesa (delegação do Porto).
- ✓ Estabeleceu-se uma parceria com o GAL Porto Ocidental – DLBC Urbano.
- ✓ Estabeleceu-se um protocolo de consultoria com a EXUP - Experience Upgrade Program, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

- ✓ Cooperou-se em vários projetos de alunos, de diversos estabelecimentos de ensino: EB 2/3 Manoel de Oliveira, Centro de Formação Profissional Integrada (CEFPI). Gabinete de formação FormAjuda e a Associação de Ludotecas.
- ✓ Manteve-se o Protocolo com o Banco Alimentar, com a Entrajuda, com a Associação Monte Pedral, com o Instituto de Reinserção Social e com a PSP- Significativo Azul;
- ✓ Celebrou-se uma parceria com a ReFood, organização que manteve ajuda alimentar aos 4 lares residenciais ao longo de todo o ano com a colaboração de muitos voluntários. A Direção, aproveita para agradecer especialmente a esta equipa, pois não estando na política da organização a entrega ao domicílio dos donativos alimentares foi aberta uma exceção com a APPACDM DO PORTO, por não haver meios para os levantar.
- ✓ Manteve-se a parceria com a UNIVERPLAST, Lda. onde decorreu uma extensão do CAO Produtivo para 8 utentes.
- ✓ Celebrou-se um protocolo de parceria com a Places4all, com o intuito de sinalizar e promover as acessibilidades dos locais públicos utilizados pelas pessoas apoiadas.
- ✓ Foram realizados torneios de futebol com a APPACDM de Matosinhos e a APPACDM de Gaia.
- ✓ Manteve-se a colaboração com a ANDDI Portugal através da participação dos utentes em várias atividades desportivas.
- ✓ Manteve-se a participação de utentes dos Lares Residenciais em atividades no Clube da APPACDM de Vila Nova de Gaia ao fim de semana.
- ✓ Estabeleceu-se um protocolo com a empresa Tubo de Ensaio, Lda., no âmbito da Campanha Ida e Volta (apoio de viaturas).

#### **Horta do Britinho**

Manteve-se em funcionamento a Horta do Britinho, projeto financiado pela fundação EDP e dinamizado em parceria com a Lipor. Este projeto compõe o programa Horta à Porta da Lipor, que fiscaliza mensalmente a produtividade dos talhões e dá formação a novos candidatos. Todos os 35 talhões estão ocupados e a ser trabalhados, sendo um ocupado pela equipa do CAO IBC liderado pela monitora Paula Leitão.

#### **CRIDEM'16**

Foi relançado no final do ano o concurso de Criatividade na Deficiência Mental, CRIDEM em parceria com a Fundação Montepio e a Fundação Manuel António da Mota. A marca criada pela APPACDM DO PORTO, mantém-se na Associação, embora todo o concurso esteja a ser dinamizado pela empresa Letras Encantadas, subcontratada. A Fundação Montepio doou 14.000,00€ à APPACDM DO PORTO para este projeto.

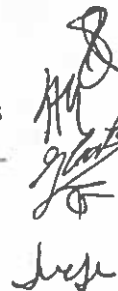


## 6. Ações de Formação

Dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Formação para 2015, realizaram-se as seguintes ações de formação internas/externas:

Ação de Formação	Meses	Nº de Pessoas
Questões Básicas em IPI	Janeiro	1
Workshop Metodologia de Cuidados em Humanidade (Ações 1 a 6)	Fevereiro	40
Pós-Graduação em Gestão de Organizações de Economia Social	Maio, Junho, Julho, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro	1
Alimentação Saudável Vida com Qualidade (Ações 1 a 9)	Abril, Maio, Junho e Julho	22
Baby Sense Supporting Infant and Child Development Through Sensory Integration	Junho	2
Plano Segurança Interno – Centro Dr. Rui Abrunhosa	Julho	44
Plano Segurança Interno – Centro Isabel Brito e Cunha	Julho	20
I Jornadas: Dificuldades Intelectuais e Envelhecimento Riscos e Desafios	Outubro	5
Legislação Laboral e Código Contributivo	Outubro	1
Gestão Estratégica	Outubro	1
I Congresso Técnico Infância e Juventude	Novembro	1
Agir para a Inclusão – técnicas de Contenção Física e fatores de Stress Profissionais	Novembro	2
Luta Contra Incêndios Resgate e Salvamento – Centro Isabel Brito e Cunha	Novembro	20
Luta Contra Incêndios Resgate e Salvamento – Centro Dr. Rui Abrunhosa	Novembro	37
Projeto Janelas (Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida)	Novembro, Dezembro	13
Simulacro Plano Segurança Interno – Centro Isabel Brito e Cunha	Novembro	17
Simulacro Plano Segurança Interno – Centro Dr. Rui Abrunhosa	Dezembro	40
Seminário Novas Tendências no Desporto para a Deficiência intelectual	Dezembro	1

A APPACDM DO PORTO cumpriu com o normativo legal referente à formação de pessoal.



## 7. Angariação de Fundos

Durante este ano o montante total de donativos foi de:

Donativos em Numerário	24.748,15€
Donativos em Espécie	21.653,21€
<b>Total</b>	<b>46.401,36€</b>

Os fundos angariados em numerário em 2015 foram inexplicavelmente mais baixos que em 2014, situação que se tentará inverter em 2016.

Recebeu-se ainda donativos do padrinho André Villas Boas, da Associação francesa Enfance Handicaps Val d'Oise, que visitou a Associação em outubro e da empresa Tubo de Ensaio, Lda. para apoio de uma viatura.

No 1º semestre do ano fez-se uma campanha que se designou "Informática para todos" que teve resposta positiva de 3 entidades, a Unicer, a BERD e o BPI. Todos eles contribuíram com a doação de computadores para a Instituição, num total de 32 computadores.

Recebeu-se 11.163,62€ provenientes dos 0,5% do valor da coleta do IRS.

De referir, apesar de não estar expresso nesta tabela, que a Câmara Municipal do Porto contribuiu, através do "Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social" , para as obras de requalificação da piscina do Centro Rui Abrunhosa com 40.000,00€.

## 8. Sistema de Gestão da Qualidade

Em 2015 manteve-se a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a Norma de Referência 9001:2008. Realizaram-se Auditorias Internas Globais, a todos os Processos. Estas Auditorias decorreram durante os meses de novembro e dezembro de 2015 e foram realizadas por auditores externos.

Relativamente à avaliação feita em julho, inerente ao ano letivo 2014/2015 salienta-se que no que concerne à satisfação dos clientes, para uma amostra de 81%, a média global de satisfação relativamente ao serviço prestado na APPACDM DO PORTO, é de 81%.



## 9. Situação Económica – Financeira

Em 2015 as demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não Lucrativo NCRI-ESNL aprovado pelo Dec. Lei 36-A/2011 de 9 de Março.

O exercício de 2015 terminou com os seguintes resultados:

Gastos	2.443.384,78€
Rendimentos	2.502.927,64€
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	74.753,75€
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	57.350,36€
Resultados antes de impostos	59.542,86€
Resultados Líquido do Período	59.542,86€

## 10. Situação Contributiva

A APPACDM do Porto encerrou o exercício de 2015 sem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

## 11. Órgãos Sociais

No dia 17 de dezembro de 2015, conforme previsto nos Estatutos da APPACDM DO PORTO, ocorreu a eleição para os Órgãos Sociais da APPACDM DO PORTO para o quadriénio 2016/2019 tendo a lista eleita tomado posse a 7 de janeiro do corrente ano.

No ano que passou procedeu-se também à alteração dos Estatutos da Associação, conforme previsto no Decreto-lei nº 172-A/2014.

## 12. Aplicação de Resultados

Em documento separado, a Direção propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 59.542,86€ seja transferido para Resultados Transitados.

Porto, 8 de março de 2016

A Direção



Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães - Presidente



Tânia Cristina Mota Custódio - Vice-Presidente



Maria da Conceição Forte Morais - Secretária



José Manuel Marques Ferreira dos Santos - Tesoureiro



Pedro Olazabal Avides Moreira - Vogal

## APPACDM do PORTO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	287.925,68	295.464,92
Bens do património histórico e cultural	5		
Propriedades de investimento	5		
Ativos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	17.1		
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17.2		
Subtotal		287.925,68	295.464,92
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9		
Clientes	17.3		
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	17.10	12.183,90	11.385,41
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17.2		
Outras contas a receber	17.4	9.240,24	16.494,47
Diferimentos	17.5		
Outros Ativos financeiros	17.6		
Caixa e depósitos bancários	17.7	343.323,45	269.564,02
Subtotal		364.747,59	297.443,90
<b>Total do Ativo</b>		<b>652.673,27</b>	<b>592.908,82</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	17.8	498.263,97	498.263,97
Excedentes técnicos	17.8		
Reservas	17.8		
Resultados transitados	17.8	(303.432,64)	(316.109,06)
Excedentes de revalorização	17.8		
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	29.434,54	38.940,93
Resultado Líquido do período	17.8	59.542,86	12.676,42
<b>Total do fundo do capital</b>	17.8	<b>283.808,73</b>	<b>233.772,26</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	11		
Provisões específicas	11		
Financiamentos obtidos	8		
Outras contas a pagar	17.11		
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17.9		
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	17.10	48.364,16	43.731,81
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17.2		
Financiamentos obtidos	8		
Diferimentos	17.5	284.459,16	232.344,11
Outras contas a pagar	17.11	36.041,22	83.060,64
Outros passivos financeiros	17.12		
Subtotal		368.864,54	359.136,56
<b>Total do passivo</b>		<b>368.864,54</b>	<b>359.136,56</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>652.673,27</b>	<b>592.908,82</b>

Porto, 8 de março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, n.º 59907

Dra. Ana Maria Ferreira Correia de Azevedo

A DIREÇÃO

Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães  
 Tânia Cristina Mota Custódio  
 Maria da Conceição Forte Moraes  
 José Manuel Marques Ferreira Santos  
 Pedro Olazabal Avides Moreira

*Handwritten signatures and initials:*  
 AM  
 JCS  
 JCS  
 JCS

APPACDM do PORTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros


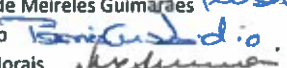

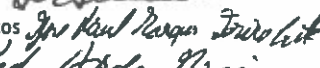
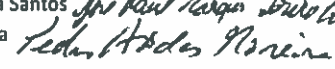
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	438.088,77	440.026,77
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.928.190,50	1.855.555,76
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(52.805,88)	(44.188,25)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(429.665,14)	(449.589,59)
Gastos com o pessoal	15	(1.893.563,08)	(1.848.475,34)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	17.15	134.101,17	186.804,32
Outros gastos e perdas	17.16	(49.592,59)	(105.208,47)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>74.753,75</b>	<b>34.925,20</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(17.403,39)	(25.512,14)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>57.350,36</b>	<b>9.413,06</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	2.547,20	5.766,60
Juros e gastos similares suportados	17.17	(354,70)	(2.503,24)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>59.542,86</b>	<b>12.676,42</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14		-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>59.542,86</b>	<b>12.676,42</b>

Porto, 8 de março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, n.º 59907

Dra. Ana Maria Ferreira Correia de Azevedo

A DIREÇÃO

Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães   
 Tânia Cristina Mota Custódio   
 Maria da Conceição Forte Morais   
 José Manuel Marques Ferreira Santos   
 Pedro Olazabal Avides Moreira 



APPACDM do PORTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados		438.088,77	440.026,77
Custo das vendas e dos serviços prestados		-2.294.409,98	-2.397.762,71
<b>Resultado bruto</b>		<b>-1.856.321,21</b>	<b>-1.957.735,94</b>
Outros rendimentos		2.062.291,67	2.041.960,08
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-99.027,51	-74.811,08
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-49.592,59	-71.729,22
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>57.350,36</b>	<b>9.413,06</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		2.192,50	3.263,36
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>59.542,86</b>	<b>12.676,42</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>59.542,86</b>	<b>12.676,42</b>

Porto, 8 de março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, n.º 59907  
 Dra. Ana Marla Ferreira Correia de Azevedo

A DIREÇÃO

Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães  
 Tânia Cristina Mota Custódio  
 Maria da Conceição Forte Morais  
 José Manuel Marques Ferreira Santos  
 Pedro Olazabal Avides Moreira

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total	Interesses minoritários
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014</b>	1	498.263,97	-	-	(454.548,27)	-	-	11.824,67	138.439,21	193.979,58	-	193.979,58
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	138.439,21	-	-	-	(138.439,21)	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3								12.676,42	12.676,42		12.676,42
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4-2+3								(125.762,79)	12.676,42		12.676,42
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014</b>	5-1+2+3+4	498.263,97	-	-	(316.109,06)	-	-	38.940,93	12.676,42	233.772,26	-	233.772,26

Porto, 8 de março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, n.º 59907  
Dra. Ana Maria Ferreira Correia de Azevedo

A DIREÇÃO  
 Maria Teresa Graça Moura de Mesquita Guimarães  
 Tânia Cristina Moita Custódio  
 Maria da Conceição Forte Moraes  
 José Manuel Marques Ferreira Santos  
 Pedro Otazabal Avelãs Moreira

*(Handwritten signatures and names)*  
 Maria Teresa Graça Moura de Mesquita Guimarães  
 Tânia Cristina Moita Custódio  
 Maria da Conceição Forte Moraes  
 José Manuel Marques Ferreira Santos  
 Pedro Otazabal Avelãs Moreira

*(Handwritten initials)*  
 M.T.G.  
 T.C.M.  
 M.C.F.M.  
 J.M.M.F.S.  
 P.O.A.M.

DESCRICÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários				
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	6	498.263,97	-	-	(316.109,06)	-	-	38.940,93	12.676,42	-	-	233.772,26	233.772,26	-	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	12.676,42	-	-	-	-	-	-	(138.439,21)	(125.762,79)	-	(125.762,79)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8											59.542,86	59.542,86		59.542,86
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9+7+8											(78.896,35)	(66.219,93)		(66.219,93)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>															
Fundos															
Subsídios, doações e legados															
Outras operações															
<b>POSICÃO NO FIM DO ANO 2015</b>	6+7+8+10	498.263,97	-	-	(303.432,64)	-	-	29.434,54	59.542,86	-	-	283.808,73	283.808,73	-	-

Porto, 8 de março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, n.º 59907  
Dra. Ana Maria Ferreira Correia de AzevedoA DIREÇÃO  
Maria Teresa Graça Moura de Meseles Guimarães  
Tânia Cristina Mota Custódio  
Marta da Conceição Forte Morais  
José Manuel Marques Ferreira Santos  
Pedro Olazabal Avides Moreira

## APPACDM do PORTO

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		438.088,77	440.026,77
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(572.228,80)	(572.389,32)
Pagamentos ao pessoal		(1.893.563,08)	(1.848.475,34)
Caixa gerada pelas operações		(2.027.703,11)	(1.980.837,89)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		171.079,54	135.482,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1.856.623,57)	(1.845.355,10)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1.928.190,50	1.855.555,76
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		2.192,50	3.263,36
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		1.930.383,00	1.858.819,12
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		73.759,43	13.464,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		269.564,02	256.100,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		343.323,45	269.564,02

Porto, 8 de março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, n.º 59907  
Dra. Ana Maria Ferreira Correia de Azevedo

A DIREÇÃO

Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães

Tânia Cristina Mota Custódio

Maria da Conceição Forte Morais

José Manuel Marques Ferreira Santos

Pedro Olazabal Avides Moreira



# APPACDM do PORTO

## Ajustamentos de Transição

<u>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</u>		2015
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	224.265,87	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis		
Outros Ajustamentos		
...		
...		
Impostos Diferidos		
Total Ajustamentos		-
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	<u>224.265,87</u>	

<u>Reconciliação do Resultado</u>		
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	59.542,86	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis		
Outros Ajustamentos		
...		
...		
Impostos Diferidos		
Total Ajustamentos		-
Resultado Líquido SNC-ESNL	<u>59.542,86</u>	

*Handwritten signatures and initials:*  
A circular stamp at the top right.  
Below it, the initials "AM" and "JSC" are written vertically.  
Further down, there are more handwritten marks, including what appears to be a signature.



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A APPACDM DO PORTO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 165 de 19 de Julho de 2000, Série III, com sede em Travessa da Costibela, 85 – 4100-186 Porto. Tem como missão contribuir para a qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência intelectual ou doença mental geradoras de incapacidade.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior.

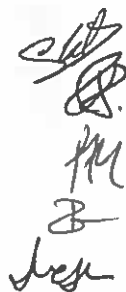
### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade



Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Outras contas a receber -Devedores e credores por acréscimos" (Nota 17.4) e "Diferimentos" (Nota 17.5)

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas


contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5-6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo

que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### 3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### 3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### 3.2.6. Financiamentos Obtidos

##### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios



com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*



- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Ativos Fixos Tangíveis**

##### **Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

**Bens do património histórico, artístico e cultural**

A Entidade não usufrui de "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2014							
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transf	Revalor	Saldo em 31-Dez-2014	
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções	390.523,44		-	-	-	390.523,44	
Equipamento básico	117.300,37	18.337,50	-	-	-	135.637,87	
Equipamento de transporte	451.214,52	3.587,50	-	-	-	454.802,02	
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	0,00	
Equipamento administrativo	252.869,82		-	-	-	252.869,82	
Outros Ativos fixos tangíveis	55.243,84	16.373,23	-	-	-	71.617,07	
<b>Total</b>	<b>1.267.151,99</b>	<b>38.298,23</b>				<b>1.305.450,22</b>	
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções	137.963,26	7.647,73	-			145.610,99	
Equipamento básico	114.343,47	4.359,45	-			118.702,92	
Equipamento de transporte	448.849,70	7.531,80				456.381,50	
Equipamento biológico	-	-	-			0,00	
Equipamento administrativo	245.351,05	3.245,38	-			248.596,43	
Outros Ativos fixos tangíveis	37.965,68	2.727,78	-			40.693,46	
<b>Total</b>	<b>984.473,16</b>	<b>25.512,14</b>	-			<b>1.009.985,30</b>	
<b>Activo Fixo Tangível - Valor líquido</b>						<b>282.678,83</b>	<b>295.464,92</b>

31 de Dezembro de 2015							
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transf	Revalor	Saldo em 31-Dez-2015	
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	
Edifícios e outras construções	390.523,44		-	-	-	390.523,44	
Equipamento básico	135.637,87		-	-	-	135.637,87	
Equipamento de transporte	454.802,02		-	-	-	454.802,02	
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	
Equipamento administrativo	252.869,82		-	-	-	252.869,82	
Outros Ativos fixos tangíveis	71.617,07	1.986,99	-	-	-	73.604,06	
<b>Total</b>	<b>1.305.450,22</b>	<b>1.986,99</b>	-	-	-	<b>1.307.437,21</b>	
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	
Edifícios e outras construções	145.610,99	7.647,73	-	-	-	153.258,72	
Equipamento básico	118.702,92	3.634,35	-	-	-	122.337,27	
Equipamento de transporte	456.381,50	717,50	(4.449,48)	-	-	452.649,52	
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	
Equipamento administrativo	248.596,43	2.345,01	-	-	-	250.941,44	
Outros Ativos fixos tangíveis	40.693,46	3.058,80	(3.427,68)	-	-	40.324,58	
<b>Total</b>	<b>1.009.985,30</b>	<b>17.403,39</b>	<b>(7.877,16)</b>	-	-	<b>1.019.511,53</b>	
<b>Activo Fixo Tangível - Valor líquido</b>						<b>295.464,92</b>	<b>287.925,68</b>

36/11  
 J.P.  
 K.Y.  
 F.  
 J.M.

## Propriedades de Investimento

A Entidade não usufrui de "Propriedades de Investimento".

## 6. Ativos Intangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

### Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não usufrui de "Outros Ativos Intangíveis".

## 7. Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O saldo da rubrica "Financiamentos obtidos" é nulo.

## 9. Inventários

Em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

### Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Reclassif. e regulariz.	Inventário em 31-Dez-2014	Compras	Reclassif. e regulariz.	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	-	44.188,25	-	-	52.805,88	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>44.188,25</b>	-	-	<b>52.805,88</b>	-	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	44.188,25	52.805,88
Variações nos inventários da produção	-	-

## 10. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

**Rédito**

Descrição	2015	2014
Vendas	41.295,87	39.994,00
Prestação de Serviços	396.792,90	400.032,37
Quotas dos utilizadores		-
Quotas e Jóias	4.054,92	4.148,91
Mensalidades clientes	392.737,98	395.883,46
Juros	-	-
<b>Total</b>	<b>438.088,77</b>	<b>440.026,37</b>

**11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes****Provisões**

Nos períodos de 2015 e 2014 não ocorreram variações relativas a provisões.

**Passivos contingentes**

Não existentes.

**Ativos contingentes**

Não existentes.

**12. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>1.928.190,50</b>	<b>1.855.555,76</b>
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL PORTO	1.890.493,70	1.815.025,40
MIN. EDU. - DREN	25.783,18	30.461,27
OUTROS (0,5%IRS)	11.163,62	10.069,09
INR, IP		
AUTARQUIAS	750,00	
<b>Total</b>	<b>1.928.190,50</b>	<b>1.855.555,76</b>
<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Subsídios de outras entidades</b>		
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Subsídios	1.928.190,50	1.855.555,76
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
<b>Total</b>	<b>1.928.190,50</b>	<b>1.855.555,76</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 2. Pinto  
 P.  
 FM  
 F  
 Jese

### 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, não ocorreram alterações das taxas de câmbio com efeito nas demonstrações financeiras da entidade.

### 14. Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto corrente contabilizado.

### 15. Empregados e Órgãos Sociais

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2015 e 2014, foram, os constantes do seguinte quadro:

#### Orgaos Sociais

Descrição	2015	2014
Direção	5	5
Conselho Fiscal	3	3
Assembleia Geral	3	3

Os órgãos sociais da APPACDM DO PORTO não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 135 e em 2014 foi de 136.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

#### Benefícios dos Empregados

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.554.480,03	1.496.256,18
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	317.330,22	295.859,67
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.825,00	12.996,42
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	8.927,83	43.363,07
<b>Total</b>	<b>1.893.563,08</b>	<b>1.848.475,34</b>

### 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em 2015 e em 2014 a entidade não procedeu à Certificação Legal de Contas.

A entidade procedeu à eleição dos novos Corpos Sociais para o quadriénio 2016-2019 à qual deu legal divulgação quer através do site institucional, quer por comunicação directa às Entidades Oficiais.

## 17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1. Investimentos Financeiros

No período de 2015 e 2014 a Entidade não detinha "Investimentos Financeiros".

### 17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2015 e 2014, o saldo da conta "Fundadores / patrocinadores / doadores / associados / membros" é nulo.

### 17.3. Clientes e Utentes

Nos períodos de 2015 e 2014, o saldo da conta "Clientes e Utentes" é nulo.

Nos períodos de 2015 e 2014 não foram registadas "Perdas por Imparidade".

### 17.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
	-	-
Outros Devedores	9.240,24	16.494,47
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>9.240,24</b>	<b>16.494,47</b>

### 17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

## Diferimentos

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Obras e reparações		1.082,79
<b>Total</b>	-	<b>1.082,79</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Receitas com proveito diferido	40.000,00	
<b>Total</b>	<b>40.000,00</b>	-
<b>Gastos Diferidos</b>		
Despesas com custo diferido	244.459,16	231.261,32
<b>Total</b>	<b>244.459,16</b>	<b>231.261,32</b>

As receitas com Proveito Diferido, referem-se a um apoio recebido da C.M.P. ao abrigo do programa Porto Solidário.

As Despesas com Custo Diferido, referem-se às remunerações a liquidar ao pessoal em 2016 relativas às Férias e Subsídio de Férias.

### 17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, outros ativos financeiros.

### 17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	9.448,04	6.269,62
Depósitos à ordem	89.811,70	99.294,40
Depósitos a prazo	244.063,71	164.000,00
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>343.323,45</b>	<b>269.564,02</b>

### 17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	498.263,97	-	-	498.263,97
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(316.109,06)	12.676,42		(303.432,64)
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	38.940,93	3.000,00	(12.506,39)	29.434,54
Resultados líquidos do período	12.676,42	59.542,86	(12.676,42)	59.542,86
<b>Total</b>	<b>233.772,26</b>	<b>75.219,28</b>	<b>(25.182,81)</b>	<b>283.808,73</b>

### 17.9. Fornecedores

Nos períodos de 2015 e 2014, o saldo da conta "Fornecedores" é nulo.

As aquisições estão registadas na rubrica outras contas a pagar.

### 17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

#### Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10.977,08	10.178,59
Outros Impostos e Taxas	1.206,82	1.206,82
<b>Total</b>	<b>12.183,90</b>	<b>11.385,41</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	680,77	1.958,64
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	11.142,00	9.215,00
Segurança Social	36.459,31	32.508,78
Outros Impostos e Taxas	82,08	49,39
<b>Total</b>	<b>48.364,16</b>	<b>43.731,81</b>

### 17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	36.041,22	-	83.060,64
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>36.041,22</b>	<b>-</b>	<b>83.060,64</b>

### 17.12. Outros Passivos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, outros passivos financeiros.

### 17.13. Subsídios, doações e legados à exploração



A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

### Subsídios

Descrição	2015	2014
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>1.928.190,50</b>	<b>1.855.555,76</b>
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL PORTO	1.890.493,70	1.815.025,40
MIN. EDU. - DREN	25.783,18	30.461,27
OUTROS (0,5%IRS)	11.163,62	10.069,09
INR, IP		
AUTARQUIAS	750,00	
<b>Total</b>	<b>1.928.190,50</b>	<b>1.855.555,76</b>
<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Subsídios de outras entidades</b>		
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Subsídios	1.928.190,50	1.855.555,76
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
<b>Total</b>	<b>1.928.190,50</b>	<b>1.855.555,76</b>

### 17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	89.958,23	93.041,92
Serviços especializados	104.636,71	110.174,33
Materials	5.756,34	7.119,69
Energia e fluidos	117.022,13	121.093,36
Deslocações, estadas e transportes	19.640,84	23.067,92
Serviços diversos	92.650,89	95.092,37
<b>Total</b>	<b>429.665,14</b>	<b>449.589,59</b>

### 17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

### Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	10.338,01	11.393,15
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Apoio - INR	4.741,56	4.599,41
Outros rendimentos e ganhos	119.021,60	171.724,75
<b>Total</b>	<b>134.101,17</b>	<b>187.717,31</b>

### 17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	(1.883,39)	(2.529,20)
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gasto e Perdas - Estágios Profissionais	(7.365,53)	(71.729,22)
Outros Gastos e Perdas	(40.343,67)	(30.950,05)
<b>Total</b>	<b>(49.592,59)</b>	<b>(105.208,47)</b>

### 17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	(354,70)	(2.503,24)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>(354,70)</b>	<b>(2.503,24)</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2.547,20	5.766,60
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>2.547,20</b>	<b>5.766,60</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>2.192,50</b>	<b>3.263,36</b>

### 17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 8 de Março de 2016.

Porto, 8 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, Nº 59907

Dra. Ana Maria Ferreira Correia de Azevedo

A Direcção

Maria Teresa Graça Moura M. Guimarães 

Tânia Cristina Mota Custódio 

Maria da Conceição Forte Moraes 

José Manuel Marques Ferreira Santos 

Pedro Olazabal Avides Moreira 



## **APPACDM do PORTO**

**Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental**  
(Instituição Particular de Solidariedade Social)

Contribuinte n.º 504 646 842

Serviços Centrais — CENTRO «DR. RUI ABRUNHOSA»

### **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL** **sobre o** **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO** **DO ANO DE 2015**

Prezados Consócios,

Nos termos do disposto do artº 53º dos Estatutos, o Conselho Fiscal da APPACDM do Porto – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental vem apresentar o **Relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório de Actividades e de Gestão e Contas do Exercício do ano de 2015** que a Direcção vai submeter à apreciação e votação dos Associados, em Assembleia Geral convocada para o efeito para o dia 29 de Março de 2016.

Analisada a documentação apresentada pela Direcção da APPACDM do PORTO, o Conselho Fiscal procedeu:

- à verificação do cumprimento dos Estatutos;
- à apreciação da gestão da instituição;
- à apreciação dos balancetes contabilísticos;
- à apreciação sobre se as políticas contabilísticas adoptadas e sua divulgação são as adequadas;
- à verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- à apreciação sobre a adequabilidade da apresentação das demonstrações financeiras;
- ao exame do relatório de actividades e de gestão e das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 ( que evidencia um total de balanço de 652.673,27 euros e um total de fundos patrimoniais de 283.808,73 euros , incluindo um resultado líquido positivo de 59.542,86 euros ), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015.

Face aos exames efectuados, o Conselho Fiscal deliberou emitir o seguinte **Relatório** a fim de ser sujeito à apreciação da Assembleia Geral de Associados desta APPACDM do Porto:

- a) As Contas apresentadas estão conforme os normativos legais e encontram-se em devida ordem e estão suportados pelo sistema contabilístico e documentação necessária e adequada à escrituração contabilística;
- b) As demonstrações financeiras apresentam-se de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da APPACDM do PORTO em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as Entidades do Sector Não Lucrativo, em Portugal;
- c) O Balanço e a Demonstração dos Resultados Líquidos encontram-se correctamente elaborados satisfazem as disposições legais e refletem a situação patrimonial da APPACDM do PORTO e a actividade desenvolvida no ano 2015;
- d) O Relatório de Actividades e de Gestão apresentado pela Direcção evidencia as actividades desenvolvidas pela Instituição em 2015.



## APPACDM do PORTO

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental  
(Instituição Particular de Solidariedade Social)

Contribuinte n.º 504 646 842

Serviços Centrais — CENTRO «DR. RUI ABRUNHOSA»

Face ao que antecede e cumpridas que estão as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral de Associados aprove:

1. O Balanço, o Relatório de Actividades e de Gestão e as Contas do Exercício de 2015;
2. A Proposta da Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 no valor de positivo de 59.542,86 Euros para Resultados Transitados;
3. Um voto de louvor e agradecimento à Direcção cessante pelos resultados alcançados e pelo esforço, dinamismo e dedicação revelados no desempenho da sua missão;
4. Um voto de confiança e de sucesso à nova Direcção;
5. E que, igualmente, seja aprovado um voto de louvor e apreço a todos os colaboradores da APPACDM do Porto pelo zelo, interesse, solidariedade e empenhamento demonstrados na execução das funções e pelo amor e dedicação aos nossos utentes.

Porto e Sede da APPACDM do Porto, em 11 de Março de 2016.

O Conselho Fiscal

  
(Mário Augusto de Oliveira Dias – Presidente)

  
(Alexandre Manuel Gomes de Araújo Faria – 1º Vogal)

  
(José Miguel Duarte Couto – 2º Vogal)